

RESENHA

DOCUMENTOS DE ARQUIVO E HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA FLUMINENSE

ARCHIVAL RECORDS AND THE ADMINISTRATIVE HISTORY OF THE FLUMINENSE PROVINCE

José Edson Schümann Lima (org.). *A província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

ANA CARLA SABINO FERNANDES | Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Patrimônio e Memória (GEPPEM) do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

Este livro, organizado por José Edson Schümann Lima, coordenador da equipe da Divisão de Documentos Permanentes do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), reflete o trabalho coletivo e contínuo da direção e dos funcionários da instituição – comprometidos com a pesquisa histórica, o tratamento arquivístico do acervo e com uma política de referência dos documentos oficiais em prol do acesso à informação pública e do conhecimento para os mais diversos fins e interesses –, ao descreverem, com base nas normas do conselho nacional e internacional de arquivos, o Fundo Presidência da Província.

A obra objetiva atender aos anseios de uma sociedade caracterizada pela produção sistemática e crescente de documentos, que almeja refletir sobre o papel contemporâneo dos arquivos, lançar questões acerca da relação que estabelecemos com os rastros do passado e, com isso, avaliar o grau de amadurecimento democrático de nossa cultura.

O processo de descrição minuciosa e analítica do Fundo Presidência da Província revela a forma seccionada como as repartições públicas, no caso a Secretaria da Presidência (com quatro seções) e as diretorias (da instrução, da fazenda e das obras públicas), organizaram e conduziram as mais diversas questões políticas, econômicas e sociais da administração fluminense entre 1834 e 1889, sob os auspícios do presidente da província, da atuação da Assembleia Legislativa provincial, das câmaras municipais e da Guarda Nacional.

O diálogo proferido entre os representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Império e da província foi o alicerce para a estruturação, funcionamento e manutenção do governo provincial e dos funcionários públicos, empregados na Secretaria ou nas diretorias. Ou seja, a Constituição, as leis e decisões do Império do Brasil, a legislação da província fluminense (leis, decretos, regulamentos, atos e decisões) e os relatórios dos presidentes aparecem nos capítulos como fonte e objeto de estudo primordiais para o entendimento do Executivo provincial.

O APERJ, desse modo, trata esses códigos legais como parte do enredo administrativo provincial e não somente como obras de referência/consulta, visto que esses documentos/textos compuseram o conjunto de documentos acumulados pelos órgãos públicos da gestão provincial e devem, portanto, ser tratados como documentos de arquivo.

Assim, destaco dois aspectos fundamentais que permeiam todo o livro: a ressignificação dos documentos de arquivo como registro/fonte para a história da administração provincial e a relação entre instrumento de pesquisa e escrita da história.

Várias concepções sobre o que significa o documento de arquivo, especialmente o documento pertencente ao arquivo público/permanente, são suscitadas pelos autores. Enumero três: primeiro, ao se pensar historicamente o Fundo Presidência da Província, têm-se como dimensão da história da província do Rio de Janeiro (século XIX), a história da administração, da acumulação documentária, da criação de arquivos e das práticas arquivísticas, como as ações do Arquivo Estatístico da província fluminense, em 1850:

O Arquivo Estatístico foi criado pelo vice-presidente da província, por meio da deliberação de 25 de junho de 1850, com o objetivo de recolher todos os documentos referentes à estatística da província. [...] Assim, cabia ao Arquivo Estatístico coligir, guardar, analisar e publicar documentos concernentes à estatística da província, além de recensear a população e demonstrar o seu movimento. [...] O Arquivo Estatístico era formado por uma repartição interna constituída por um diretor e um amanuense, além de comissários municipais, paroquiais distribuídos pelos municípios, freguesias e curatos; e subcomissários pelos distritos (Lima, 2012, p. 139).

A segunda concepção condiz com os propósitos da definição citada pelos dicionários de terminologia arquivística e no âmbito legal do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).

A terceira e última aponta para a ideia de documento de arquivo como prova, testemunho e registro social para os estudos históricos e suporte da memória da comunidade, do Estado, da cidade etc, interagindo, dessa maneira, com o conceito hispano-americano denominado *archivalía* (Tanodi, 1961, p. 15-37), que tem como princípio o entendimento de que os documentos de valor permanente possuem valor administrativo, histórico e patrimonial e são símbolos da tradição arquivística do lugar social em que foram acumulados.

De acordo com Bellotto, a *archivalía* equivale ao que chamamos de patrimônio documental em consonância com os debates sobre patrimônio cultural:

O patrimônio documental, se atinente a uma comunidade, a uma municipalidade, a um Estado ou província, ou a uma nação, ou mesmo uma empresa, representa o que se denomina, em arquivística, a sua *archivalia*. [...] De forma feliz, ela vem sendo conceituada por teóricos arquivistas hispano-americanos, com muita precisão, porém com mais largueza, quase que com sinônimo de patrimônio documental. [...] É incontestável que um acervo arquivístico histórico, a *archivalia* ou patrimônio documental de um município, por exemplo, pertence aos munícipes, à sociedade que, na sua evolução, criou/recebeu/acumulou todos aqueles testemunhos. Essa sociedade é seu proprietário e seu beneficiário maior (Bellotto, 2000, p. 153 e 160).

A relação entre instrumento de pesquisa e possibilidades de escrita da história da administração da província fluminense está posta em livro, como matéria/conteúdo a ser estudado e discutido. A narrativa histórica dos autores tem, para tanto, como um dos pressupostos teóricos e metodológicos, a crítica documental, dada a partir dos estudos históricos, ou seja, a crítica interna e externa dos documentos (Samara; Tupy, 2007, p. 117-128).

A ordem dos papéis oficiais é pensada, bem como o que apregoavam os ministros, os presidentes da província e seus funcionários públicos constituídos por meio dos próprios documentos (nomeações e decretos), conjecturando, portanto, sobre a forma do discurso, o lugar social do conteúdo do documento administrativo, autoritário, jurídico, burocrático, que acontece (torna-se acontecimento) a partir do texto preparado sob a ótica do direito administrativo e da diplomática.

O livro *A província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil* é um excelente instrumento de pesquisa que nos faz pensar no conceito de memória arquivística (Nora, 1993, p. 14-15), e nos ajuda a entender o arquivo como prática social da memória, do poder, da política que, para tanto, usa o documento acumulado.

Os organogramas contidos na obra são subsídios para uma leitura vertical e engenhosa da administração provincial fluminense. É o método pelo qual a operação histórica (Certeau, 2000, p. 66) constrói seus instrumentos operacionais na lida com os documentos arquivados, a memória arquivada, o gesto que é comum a todas as sociedades em conflito, com a lembrança e o esquecimento. Do contrário, como entender o que fabrica e o que produz o historiador se não assumirmos a dependência que existe entre a operação histórica e as operações de arquivamento, e da civilização que se ergue nos arquivos através dos documentos?

Enfim, o livro estabelece uma relação profícua entre arquivos, história e memória, propagando um dos temas mais instigantes da história política: a história e memória da administração pública e os debates sobre o direito à memória.

Referências bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LIMA, José Edson Schümann (org.). *A província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira Truzzi. *História e documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TANODI, Aurelio. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios*. Córdoba; Buenos Aires: Universidad Nacional de Córdoba, 1961.